

Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 12.07.2016, foi renovada a comissão de serviço da Licenciada Maria Margarida Travelas Carreiras Simões, no cargo de Diretora de Serviços Financeiros e de Processamento de Remunerações, desta Direção Geral, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atualizada, com efeitos reportados a 31 de julho de 2016.

6 de fevereiro de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
310280109

Despacho (extrato) n.º 2041/2017

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, se torna público que, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 28.01.2017, foi renovada a comissão de serviço da Licenciada Ana Paula Sousa Santos Mata, no cargo de Chefe de Divisão de Formação, da Direção de Serviços de Administração Judiciária, desta Direção Geral, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atualizada, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017.

20 de fevereiro de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
310279998

Despacho (extrato) n.º 2042/2017

Por despacho da Senhora Subdiretora-Geral da Administração da Justiça de 6 de fevereiro de 2017:

Paulo Alexandre Bento de Almeida, Escrivão Auxiliar, do Núcleo de Viseu, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu — autorizada a permuta para idêntico lugar, do Núcleo de Tondela, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu.

Maria Helena Martins Lopes Sobral, Escrivã Auxiliar do Núcleo de Tondela, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu — autorizada a permuta para idêntico lugar, do Núcleo de Viseu, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu.

Prazo para início de funções: 2 dias

20 de fevereiro de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
310282126

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

Aviso n.º 2447/2017

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1 e n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi celebrado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o trabalhador Fernando Augusto Stoffel Fernandes, na sequência da extinção do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P. e conclusão do processo de fusão do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ, IP), conforme a deliberação n.º 1950/2015, de 15 de outubro de 2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 27 de outubro de 2015.

O presente contrato produz efeitos a partir do dia 5 de setembro de 2016, data em que o Trabalhador reiniciou funções no IGFEJ, IP, após o término de acordo de cedência de interesse público celebrado com a Assembleia da República, detendo o mesmo a categoria de Especialista de Informática Grau 1 — Nível 2, da carreira de Especialista de Informática e o nível remuneratório correspondente ao intervalo entre o 23.º e 24.º nível da tabela remuneratória única.

O presente ato é publicado no âmbito das competências que me foram delegadas pelo Presidente do Conselho Diretivo deste Instituto, conforme o Despacho n.º 6923/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 25 de maio de 2016.

17 de fevereiro de 2017. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Vanda Simões*.

310278328

CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2043/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012,

de 20 de janeiro, designo como adjunto do meu gabinete o licenciado Artur Manuel Galvão Teles Carrondo Tomé, técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Direção-Geral do Património Cultural e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo o adjunto ora nomeado para substituir o chefe do meu gabinete nas suas ausências e impedimentos.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — É revogado o Despacho n.º 6781/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio.

6 — O presente despacho produz efeitos a 6 de fevereiro de 2017.

7 — Conforme o disposto no n.º 5 do artigo 5.º e nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

6 de fevereiro de 2017. — O Ministro da Cultura, *Luis Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Artur Manuel Galvão Teles Carrondo Tomé, nascido em Lisboa, em 20 de maio de 1961.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, com a média final de 14 valores (1984)

Pós-graduação em Estudos Diplomáticos, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa (1985)

Frequência do Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2009)

Experiência profissional:

Técnico especialista no Gabinete do Ministro da Cultura desde abril de 2016.

Técnico superior da Direção-Geral do Património Cultural, prestando assessoria direta à Diretora-Geral.

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura do XX Governo Constitucional (outubro de 2015).

Assessor do Diretor do Instituto dos Museus e da Conservação, IP e do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP (2011-2012) e Técnico Superior da Direção-Geral do Património Cultural, prestando assessoria direta ao Diretor-Geral (2012-2015).

Diretor de Serviços de Apoio às Artes, da Direção-Geral das Artes, em regime de substituição, de agosto a novembro de 2011.

Técnico especialista no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação do XVIII Governo Constitucional (2009-2011).

Assessor da Direção do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP (2008-2009).

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do XVII Governo Constitucional, em 2005, e assessor do mesmo Gabinete até 2008.

Assessor principal do Instituto das Artes, destacado no Gabinete da Secretária de Estado das Artes e do Espetáculo do XVI Governo Constitucional (2004).

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura do XV Governo Constitucional (2002-2004).

Vogal do Conselho Diretivo do Teatro Nacional de São Carlos (2001-2002).

Diretor de Serviços para a Resolução Alternativa de Litígios, da Direção-Geral da Administração Extrajudicial (2001).

Adjunto do Gabinete do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública do XIV Governo Constitucional (1999-2001).

Adjunto do Gabinete da Ministra da Saúde do XIII Governo Constitucional (1996-1999).

Diretor de Serviços de Estudos da Direção-Geral do Património do Estado (1994-1995).

Chefe da Divisão de Estudos Patrimoniais, da Direção-Geral do Património do Estado (1993).

Jurista da Direção-Geral de Portos, prestando assessoria direta ao Diretor-Geral (1988-1992).

Consultor jurídico na Direção-Geral dos Registos e do Notariado (1987).

310282361